

# 11

## ESTUDOS SOBRE REFUGIADOS NA ÁUSTRIA HOJE: DE DESAFIOS A UM HORIZONTE DE PESQUISA <sup>1</sup>

*Leonardo Schiocchet*  
*Sabine Bauer-Amin*  
*Maria Six-Hohenbalken*  
*Andre Gingrich*

Como a antropologia e os antropólogos podem contribuir para o debate atual sobre refugiados/migração, particularmente na Europa? Quão relevante é a antropologia hoje para este tema? Este artigo engaja com estas questões através de nossa experiência com a criação e o desenvolvimento da *Refugee Outreach and Research Network* (ROR-n; Rede de Divulgação e Pesquisa sobre Refugiados), uma rede internacional e interdisciplinar voltada para os estudos da migração forçada, com sede em Viena, Áustria. A partir das observações oriundas desta experiência, neste capítulo, abordamos desafios bastante particulares relacionados ao trabalho com estudos sobre migração forçada na Europa Central, e sugerimos um horizonte de pesquisa abrangente, visando conduzir a antropologia a um campo de produções e trabalhos mais frutíferos.

Em primeiro lugar, apresentaremos a ROR-n e daremos uma visão geral dos desenvolvimentos políticos mais recentes na Áustria e na Europa Central, debatendo as suas implicações sobre questões

---

<sup>1</sup> Artigo original, em inglês: Schiocchet, Leonardo; Bauer-Amin, Sabine; Six-Hohenbalken, Maria; Gingrich, Andre. "Refugee studies in Austria Today: From Challenges to a Research Horizon". In: *Focaal, Journal of Global and Historical Anthropology*, 87, 89-103, 2020.

relacionadas aos refugiados. Em seguida, esboçaremos, de forma sucinta, o cenário contemporâneo dos estudos sobre refugiados na Áustria e as mudanças de enfoque e de financiamento mais relevantes. A questão da “integração” surge, aqui, tanto como fundamental para os estudos sobre migração forçada na Europa, como profundamente falha. Em seguida, exporemos experiências sobre o tratamento de dados de pesquisas em um contexto onde os ânimos e as opiniões públicas prevaletentes têm pendido largamente para a direita política. Em seguida, destacaremos pontos cegos de pesquisa, além de novos desafios. Por fim, discutiremos em que a mudança de contextos políticos, de financiamento e de pesquisa poderá implicar com relação ao futuro papel da antropologia nos estudos sobre refugiados. Ao longo destas seções, pretendemos demonstrar como antropólogos podem contribuir para os debates contemporâneos, públicos e acadêmicos, sobre refúgio/migração, através de sua *expertise* particular em abordagens sobre migração forçada, o que, por sua vez, implica o tratamento de delicados dados de pesquisa e ser impingido em direção a uma agenda de pesquisa científica específica, entre outros desafios. Com esta perspectiva em mente, concluímos este capítulo propondo um horizonte de pesquisa que visa confrontar as fortes limitações da pesquisa em migração forçada e conduzi-la a uma direção mais significativa.

#### **REFUGEE OUTREACH AND RESEARCH NETWORK**

A ROR-n é uma iniciativa de pesquisa cooperativa, de cunho social-científico e de alcance público, com sede na Academia Austríaca de Ciências (ÖAW), que conta com parceiros em várias universidades e

ONGs na Áustria, assim como no norte da Itália, Hungria, sul da Alemanha, Líbano e em outros lugares. Foi fundada após o verão de 2015, quando os autores deste capítulo, todos antropólogos membros no *Instituto de Antropologia Social* (ISA) da ÖAW, organizaram uma série de mesas-redondas com o objetivo de criar uma rede transdisciplinar para o estudo da migração forçada. Poucos pesquisadores se especializavam neste tema na Áustria antes do verão de 2015. E os poucos que o faziam adivinham, em sua maioria, do campo de estudos da história europeia, além de serem especialistas em um grupo ou em uma área de conhecimento em específico como, por exemplo, estudos judaicos e do Holocausto, do deslocamento a partir da antiga Iugoslávia ou de outros tópicos relevantes associados à história austríaca. Assim, para essas mesas-redondas, convidamos acadêmicos especializados em migração em geral. Deste modo, para além de historiadores e antropólogos, havia também demógrafos, juristas, geógrafos e linguistas, entre outros.

Desde seu início, a ROR-n foi constituída por institutos de pesquisa e por pesquisadores independentes especializados particularmente em estudos sobre refugiados e em (im)mobilidade humana em geral, visando a colaborações duradouras e *ad hoc* para a produção e o compartilhamento de conhecimentos sobre processos de deslocamento humano em geral e, em particular, de refugiados do Oriente Médio. Além disso, os esforços da ROR-n também visaram incluir, na rede e no meio acadêmico, pesquisadores refugiados, além de buscar partilhar informações com o público interessado na Áustria (e em outros lugares) sobre os processos de migração forçada. Entretanto, dentro deste grande quadro, a ROR-n concentrou esforços na utilização de conhecimentos antropológicos, tanto estabelecidos como novos, como

princípios para a inclusão de contribuições provenientes de outras disciplinas, fazendo com que a perspectiva da rede ressoasse em conjunto com as tendências estabelecidas na antropologia e nos estudos de migração forçada.

Antropólogos têm sido especialmente ativos nos estudos sobre migração forçada desde o surgimento desta área do conhecimento. Com base em uma tradição de pesquisa que remete à década de 1970, e que ultrapassa em muito o contexto europeu (ver Chatty, 2010; Chatty e Colchester, 2002; Colson, 2003; Colson et al., 1979; Fiddian-Qasmiyeh et al., 2014; Harrell-Bond, 1986; Malkki, 1995a; Reynell, 1989; Sayigh, 1979b; Verdirame e Harrell-Bond, 2005), antropólogos desenvolveram conhecimentos específicos sobre as implicações da condição de refugiado, e sobre como questões de (im)mobilidade (Salazar e Smart, 2012) afetam as relações entre Estados-nação, refugiados, imigrantes, e uma variedade de outros atores sociais. A antropologia, segundo Dawn Chatty, deu e continua a dar prioridade “aos pontos de vista dos desenraizados, dos deslocados e dos despossados”. Traz à luz as vozes e a agência daqueles que são forçados a partir ou a permanecer, enfatiza as experiências de vida destas pessoas com dados estatísticos e escrutina, bem como documenta,

o que acontece com as pessoas, com sua cultura e com a sociedade quando são arrancados das suas amarras territoriais, sejam estas pessoas refugiados e exilados, deslocamentos induzidos pelo desenvolvimento, ou pessoas despejadas, restringidas e forçadas a permanecer em um único lugar (Chatty, 2014:74).

No entanto, tal como apresentado abaixo, as perspectivas globais atuais sobre refugiados e sobre as oportunidades de financiamento

direcionados à “securitização” e à subsunção de pesquisas sobre refúgio àquelas sobre migração podem, talvez, especialmente na Europa, ignorar essas percepções bastante estabelecidas em nossa disciplina em particular.

## **O CONTEXTO POLÍTICO NA ÁUSTRIA**

Para se compreender as tendências de pesquisa sobre migração forçada na Áustria, é necessário considerar a rica história deste país no que diz respeito ao recebimento de um grande número de migrantes, forçados ou não. Durante os últimos trezentos anos, a Áustria recebeu consideráveis fluxos de pessoas (Kuzmany e Garstenauer, 2017), muitos deles na história recente. Fluxos importantes foram trazidos por acontecimentos como, por exemplo, a Primavera de Praga de 1968, que levou mais de 162.000 refugiados checos à Áustria, e pela Guerra Civil da Bósnia, nos anos 1990, quando a Áustria se tornou o lar de 95.000 refugiados bósnios (Kraler e Stacher, 2002). Segundo Leonardo Schiocchet (2016:236), embora os números de 2015 sejam, de fato, os maiores registados desde a Segunda Guerra Mundial, não parecem ser únicos em perspectiva histórica. O que é único, desta vez, é que os refugiados em 2015/2016 foram rotulados de acordo com suas diferentes religiosidades. Ao contrário dos refugiados checoslovacos do final dos anos 1960 e dos refugiados bósnios de meados dos anos 1990, os refugiados do Oriente Médio, de 2015, não provinham de antigos domínios imperiais Habsburgos. Após 2016, e especialmente após 2017, a recepção destes se tornou cada vez mais caracterizada pela exclusão conflitiva neonacionalista.

No entanto, este novo panorama não representou uma mudança de registro apenas para a Áustria, mas, sim, acompanhou e reagiu a diferentes debates políticos nos países vizinhos. Juntamente com a Grécia, Itália, Alemanha e Suécia, a Áustria pertence aos cinco países da União Europeia que acolheram as proporções mais elevadas, *per capita*, de refugiados do Grande Oriente Médio entre 2015 e 2018. A inquietação com a relutante política de refugiados da Áustria cresceu dentro de grandes setores da população austríaca, principalmente urbana, mobilizados por imagens da situação difícil de milhares de refugiados que esperavam na estação ferroviária de *Keleti*, em Budapeste, e pela crescente conscientização sobre o número crescente de mortes de refugiados no Mediterrâneo. Mas, após a fase inicial de um caloroso acolhimento por amplos setores da sociedade civil, as crescentes preocupações populares foram manipuladas e instrumentalizadas com sucesso por forças políticas conservadoras e neonacionalistas. Esta fase foi, assim, marcada pelo ceticismo político e crítica, e não por uma postura amigável em relação aos refugiados e à diversidade.

Sentimentos populistas latentes, de direita, foram suscitados por políticos e cada vez mais por cidadãos austríacos, especialmente nas fronteiras, por se virem confrontados com a chegada de milhares de pessoas em poucas semanas e com a presença esmagadora de voluntários, forças de segurança, jornalistas e espectadores. Isto resultou em uma política de exclusão cada vez mais rígida e em uma diminuição dos discursos públicos e midiáticos sobre a “crise dos refugiados”, ao mesmo tempo que associou intencionalmente pedidos de refugiados e migração laboral. A lógica capitalista por trás disto foi a de colocar os mercados de trabalho internos sob pressão crescente, até

que partes substanciais das forças de trabalho locais exigissem o fortalecimento das limitações existentes de acesso a esses mercados de trabalho locais. Na Hungria, por exemplo, um regime retórico idiomático (Kroskrity, 2000) da “crise” foi mobilizado, em 2015, em torno do tema da entrada de grupos estrangeiros no Espaço Schengen<sup>2</sup>, em território húngaro. Esta retórica instituiu uma divisão entre cidadãos locais e estrangeiros, onde estes últimos foram enquadrados como uma “ameaça” para a população húngara (Kallius et al., 2016:27). Enquanto a Áustria e o então chanceler austríaco Werner Feymann criticaram abertamente a Hungria por seu tratamento aos refugiados em movimento (DiePresse, 2015), já em meados de outubro, a maioria dos políticos austríacos mudou o tom do discurso, de *Willkommenskultur* (cultura de boas-vindas) para um de imposição da “fortaleza Europa”. Esta mudança foi acompanhada pela construção de várias cercas dentro e ao redor da Áustria e dos países vizinhos, e pela suspensão temporária da livre circulação no Espaço Schengen a partir do início do outono de 2015. Juntamente com as reportagens midiáticas sobre os acontecimentos em Colônia, Alemanha, na véspera de Ano Novo 2015/2016<sup>3</sup>, estas preocupações transformaram a opinião pública.

---

<sup>2</sup> Nota do tradutor: O Espaço Schengen, decorrente do Acordo Schengen, é um espaço decorrente de um tratado que prevê a abertura de fronteiras e a livre circulação de sujeitos entre os países signatários. Assinado em 14 de junho de 1985, atualmente conta com 26 países, sendo eles, em ordem alfabética: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Suécia e Suíça.

<sup>3</sup> Nota do tradutor: Na passagem de ano, de 2015 para 2016, uma série de agressões sexuais tomaram lugar na cidade de Köln (Colônia), na Alemanha. Tal qual reportado à época, junto com outros delitos também noticiados, a maioria dos agressores seria de origem estrangeira. Segundo reportagem do portal G1 (Globo) de 11 de janeiro de 2016, houve também um pedido “contra qualquer estigmatização, num momento em que estrangeiros foram atacados na mesma região”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/suspeitos-de-violencia-no-ano-novo-em-colonia-eram-estrangeiros.html>.

Assim, no início de 2016, a Áustria limitou o número para entrada de refugiados, restringindo drasticamente o volume de pedidos de asilo admitidos (80 por dia).

O novo chanceler do governo de Viena, de centro-direita, Sebastian Kurz, desempenhou um papel crucial no encerramento da chamada rota dos Balcãs, enquanto ainda era ministro dos negócios estrangeiros, em 2016/2017. Mesmo enquanto chanceler e subsequentemente presidente do conselho da União Europeia, construiu uma aliança com forças vizinhas que estavam no poder, tais como o novo governo de coligação populista e de direita na Itália, a administração Orbán, na Hungria, e a parceria entre Berlin e a Bavária em uma coalisão de direita. As novas iniciativas políticas conjuntas na Europa foram seguidas da conferência entre UE e Turquia e da assinatura do acordo em março de 2016 (Župarić-Iljić e Valenta, 2019:379). Por sua vez, as eleições parlamentares de 2017, na Áustria, resultaram na recente apoderação do governo federal por uma coligação conservadora e neonacionalista. As novas alianças políticas basearam-se agora na criminalização dos refugiados e dos envolvidos na ajuda aos refugiados, especialmente quando ligados ao cruzamento das fronteiras, tais como ações de busca e salvamento marítimo. Na Áustria, esta criminalização resultou em um rápido crescimento de deportações forçadas, especialmente para o Afeganistão, em novas limitações de direitos para a conclusão de quaisquer procedimentos legais, e em uma avalanche de novas restrições para a população residente de migrantes e requerentes de asilo, bem como para aqueles que já detêm asilo – a maior parte das restrições com uma forte ênfase nas responsabilidades pessoais individuais dos requerentes de asilo. Os que têm direito a permanecer



devem submeter-se a procedimentos estritamente codificados que lhes “ensinariam” os “valores” austríacos e assegurariam que sua “integração” na sociedade austríaca não seja uma escolha de grau de identificação, mas um dever assegurado por vários mecanismos de pressão. Por exemplo, a assistência social seria garantida dependendo das competências linguísticas dos solicitantes.

Em certa medida, estas transformações da Europa Central são a contrapartida regional dos desenvolvimentos globais, desde o Brexit até a ascensão de Trump como presidente dos EUA, passando pela busca de Putin por desenvolvimentos hegemônicos – desenvolvimentos que têm sido, em grande parte, bem recebidos pelos neonacionalistas da Europa Central. Em nossa opinião, é bastante apropriado pensar a situação atual enquanto um regresso do populismo de direita e do neonacionalismo (Gingrich e Banks, 2006) em escala global, mas com claros potenciais de conflito e com fortes especificidades regionais, algumas das quais incluindo o enfraquecimento intencional de direitos democráticos. Assim como Don Kalb, Douglas Holmes e Andre Gingrich debateram com vários acadêmicos mais jovens durante dois painéis da Associação Americana de Antropologia no final de 2017, tal conjunto de opiniões consensuais faz ser ainda mais importante o foco nas tarefas específicas da antropologia dentro destes contextos transformados.

### **TENDÊNCIAS ATUAIS NOS ESTUDOS SOBRE REFÚGIO NA ÁUSTRIA**

Não surpreende que uma mudança tão substancial na constelação política global, nacional e regional também tenha consequências para o financiamento de pesquisas sobre temas relacionados aos refugiados. Como resultado, o financiamento para projetos independentes [*bottom-*

up] tornou-se cada vez mais limitado, enquanto o financiamento através de projetos mais estabelecidos [top-down], em chamadas predefinidas, depende cada vez mais da satisfação das instituições com os resultados finais – com a conseqüente tendência ao enfraquecimento do direito constitucional à liberdade de pesquisa. Embora a atenção pública e acadêmica no final de 2015 tenha se concentrado principalmente nas motivações das fugas e nas informações sobre o *background* das pessoas que chegam à Áustria, esta atenção mudou com o tempo. Uma das vertentes das pesquisas sobre refugiados na Áustria, e na Europa Central em geral, dedicou-se a questões como a segurança das fronteiras, vigilância e controle, enquanto que a outra vertente convergiu para temas mais tradicionais no âmbito dos estudos sobre migração, tais como “integração” ou inclusão no mercado de trabalho (hoje em dia frequentemente reivindicada como a parte principal do processo de integração por certos atores políticos).

Mas o que é a integração? E, pode a integração ser uma importante categoria antropológica para se compreender os processos de migração forçada na Europa e fora dela? Muitos novos projetos de pesquisa (principalmente no Oriente Médio) sobre refugiados na Europa surgiram nos meses seguintes ao verão de 2015. Os projetos sobre muçulmanos e árabes em geral também ganharam força, uma vez que foram motivados por um desejo de se verificar a capacidade que teriam estas comunidades em se adaptar à Europa. A centralidade do contexto europeu e a ansiedade gerada pela vinda de muitos refugiados, majoritariamente muçulmanos, fez com que a maioria destes projetos fosse, de uma forma ou de outra, sobre o que os agentes do Estado, assistentes sociais e acadêmicos chamaram indefinidamente de “integração”.

O Verão de 2015, quando os refugiados particularmente do Oriente Médio chegaram à Europa, ficou conhecido como o “Verão da Migração/Verão do Refúgio”, tornando evidente a relação assimétrica entre a Europa e o Oriente Médio. Uma parte da população europeia, especialmente os europeus oriundos do Oriente Médio e parte da esquerda política europeia, mobilizou um vernáculo sociopolítico por meio da evocação da história da política externa europeia no Oriente Médio, ressignificando a história europeia e as relações Europa-Oriente Médio, para dar conta do que muitos consideraram ser uma crise. Atores sociais diversos evocaram este encontro de diferentes formas, simpatizando ou não, fazendo com que este vernáculo fosse fortemente polissêmico (Schiocchet, 2016). Assim, após o verão de 2015, ter conhecimento sobre migrantes forçados na Europa tornou-se algo imperativo para se compreender como sujeitos diaspóricos se envolvem com a Europa, como relacionam esta região ao Oriente Médio e como este encontro molda e é moldado por processos sócio-históricos globais contemporâneos.

Embora já houvesse tido na Europa um pequeno grupo de competentes pesquisadores explorando o tema da integração (Ager and Strang, 2008; Caglar and Glick Schiller, 2006; Esser, 2001; Halm and Sauer, 2006; Heitmeyer et al., 1997; Schiffauer, 2011), o número de projetos de pesquisa aumentou após o verão de 2015, sendo a maioria destes propostos e/ou conduzidos por acadêmicos com pouca ou nenhuma experiência nos campos dos estudos do Oriente Médio, Islã ou refugiados. Muitos destes estudiosos nunca puseram os pés no Oriente Médio e têm pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre estes sujeitos, sobre sua história, sua língua ou sua situação fora da Europa.

Alguns destes pesquisadores têm sido até mesmo proeminentes nos meios de comunicação, ao discutirem assuntos complexos de uma forma generalizada, tais como “valores sírios” ou “princípios islâmicos”. Alguns têm também sido eminentemente apresentados em páginas web, relatórios e publicações de instituições acadêmicas. Embora alguns destes estudos tenham os seus méritos, em geral também contribuíram para criar opiniões distorcidas sobre refugiados, médio orientais e sobre o próprio Oriente Médio. Como resultado, por exemplo, práticas religiosas são apontadas como mais normativas do que tendem a ser, e visões de mundo se tornaram demasiadamente alienadas.

A maioria destes pontos de vista distorcidos deriva de noções preconcebidas que orientam questões de pesquisa e entrevistas, construindo um caminho para as práticas de pesquisa através do foco popular na “integração”. Este enfoque deriva tanto das tradições de pesquisa austríacas como as da Europa Central, que remontam aos anos 1980 acima mencionados, e de questões levantadas pelos meios de comunicação e governos, motivadas tanto pelo medo quanto por uma preocupação genuína com o futuro dos habitantes do Oriente Médio, dos muçulmanos e dos refugiados, mas sendo frequentemente alheios a estes sujeitos. Não abordaremos aqui a pesquisa mais radical com relação às políticas de securitização impostas contra médio orientais – refugiados ou não – como os que informam (ou melhor, são informados por) programas como os da Frontex (Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira), que sugerem a necessidade de se investir na segurança das fronteiras europeias no além-mar, por exemplo, na Turquia e na Tunísia. No entanto, o que propomos abordar aqui é algo aparentemente muito mais inconsequente: pesquisas que procuram

discutir se, por exemplo, refugiados afegãos são capazes ou não de “se integrar” na Alemanha.

Foi neste contexto, perante estas novas manifestações da situação dos refugiados em 2015, que o ISA tomou a iniciativa de estabelecer a ROR-n. Desde 2015, a própria ROR-n passou por várias fases principais. Durante a primeira fase, os pedidos iniciais de adesão à ROR-n foram amplamente apoiados. Contudo, quando as marés da opinião pública (incluindo quais questões os acadêmicos deveriam responder) mudaram, o número de participantes efetivos e ativos diminuiu consideravelmente e, desde 2016, esta situação se transformou, em grande parte, em uma segunda fase, de luta difícil e crescente. Isto implicou a formação de coalisões entre pequenos números de pesquisadores por toda a Áustria e para além das suas fronteiras, de acadêmicos que, ou já estavam comprometidos com os estudos sobre refugiados, ou que estavam ansiosos em se especializar. Durante esta segunda fase, foi de suma utilidade, apesar do insuficiente apoio financeiro, ter o apoio formal organizacional de uma instituição tão amplamente respeitada como a ÖAW.<sup>4</sup>

Contínuos eventos da ROR-n, locais e transnacionais – incluindo atividades de alcance público e de pesquisa feita por antropólogos do ISA – ajudaram a consolidar e a reenergizar a ROR-n para a terceira e contínua fase desde que a direita conservadora assumiu o governo federal, no início do outono de 2017. Assim, a ROR-n foi claramente incapaz de ter qualquer impacto significativo nas mudanças gerais da opinião pública na Europa Central durante 2016/2017, e muito menos de

---

<sup>4</sup> Na experiência de Andre Gingrich, isto também tem a ver com os esforços para limpar o nome da ÖAW do seu passado nazista, reconhecendo, ao mesmo tempo, que a maioria dos vencedores dos Prêmios Nobel nas Ciências Naturais e Biológicas da Áustria foram judeus refugiados do regime nazista.

preveni-las. Mas a ROR-n contribuiu, certamente, para a consolidação e reforço da massa pesquisadora das ciências sociais sobre estudos sobre refugiados, mesmo nas condições do surgimento e da tomada do controle hegemônico pela direita política. Diante do esforço limitado, mas bastante bem-sucedido, tornou-se crucial insistir na necessidade de independência para nossa pesquisa.

### **TRATAMENTO DE DADOS E RESULTADOS**

A delicadeza do refúgio no contexto político atual na Europa Central levou os membros da ROR-n a refletirem constantemente sobre a forma de se lidar com os dados da pesquisa. Em termos metodológicos, o fizemos de três maneiras em especial. Primeiro, insistimos na independência com relação a quem detinha o controle da divulgação pública dos resultados da pesquisa, fossem os próprios pesquisadores ou a instituição financiadora. Como Ulf Hannerz e Andre Gingrich (2017:12-13) salientaram, a Áustria compartilha muitas das vantagens e desvantagens de se ser um “país pequeno”, incluindo densas e pequenas redes de pessoas que parecem conhecer umas às outras – características que serão trazidas a seguir. Durante a primeira e a segunda fases, a ROR-n assinou um contrato para uma pesquisa financiada pelo governo anterior, cuja coalisão era de centro-esquerda. Alguns resultados prévios dessa pesquisa foram vazados ao ministério que a tinha encomendado e financiado, chefiado, à época, por Sebastian Kurz, que estava ocupado com a preparação de sua própria campanha eleitoral e controle do governo. Seu gabinete buscou divulgar uma versão parcial e intermediária destes resultados, sem qualquer consulta prévia.

Simultaneamente, uma subdivisão do ministério lançou esforços substanciais ao buscar reescrever e reinterpretar o relatório final enquanto este ainda estava sendo elaborado. Por exemplo, o relatório da pesquisa salientou que dois terços dos refugiados e requerentes de asilo se mostraram agradados com o Estado de direito e com a proteção dos direitos de asilo na Áustria. Em contraste, o gabinete do ministério propôs, alternativamente, uma versão politicamente carregada do mesmo conjunto de dados, salientando a informação chocante de que um em cada três requerentes de asilo se mostrava cético ou cauteloso em relação ao sistema jurídico austríaco. No fim, o alto escalão da ÖAW teve de intervir, a fim de impedir a tentativa do ministério de utilizar os resultados da pesquisa em sua própria agenda política, ao passo que estes resultados nem sequer haviam passado ainda por uma revisão adequada por pares, quanto menos receberam aprovação para qualquer forma de publicação. Assim, a ROR-n teve êxito no embate com tentativas flagrantes de instrumentalização ideológica dos dados e conseguiu publicar este relatório final em acordo com padrões acadêmicos.

Em segundo lugar, refletimos sobre o tratamento de dados relativos à cooperação interdisciplinar, que acontece com crescente significância. Forjar estas formas de cooperação com outros cientistas sociais foi extremamente importante para o avanço da ROR-n – desde a elaboração conjunta até a submissão de pedidos de financiamento de projetos, através da definição e da execução de fases de elaboração intermediária, até as fases de síntese final. O envolvimento de múltiplas disciplinas em questões de migração forçada requer um denominador comum. Devem existir alguns entendimentos éticos sobre responsabilidades e limites. Matthew Gibney (2014:48) explica que a

própria definição de migração forçada requer uma “consideração cuidadosa”, uma vez que envolve tanto questões normativas como uma avaliação de “juízos morais sobre a legitimidade do movimento em questão”. Assim, trabalhar com grupos vulneráveis requer uma atenciosa consideração sobre o que significa “não causar danos” no respectivo contexto e nas condições de vida daqueles que estão sendo pesquisados. Uma rede multidisciplinar permite explorar para além de apenas um ponto de vista, além de ajudar a identificar questões éticas a serem discutidas.

No entanto, dentro destes quadros de cooperação, tornou-se igualmente crucial manter e melhorar a pesquisa antropológica independente. Os nossos colegas na sociologia, demografia ou geografia trabalham geralmente através de intérpretes, ao mesmo tempo que tendem a procurar uma ênfase muito mais explícita em métodos quantificáveis de informações. O efeito de ambos é que isto diminuiria facilmente o papel dos antropólogos a um de pesquisadores assistentes e auxiliares, se colocados no mesmo local e ao mesmo tempo que estes colegas de outras disciplinas, fazendo com que os antropólogos tivessem poucas oportunidades para o exercício do método principal da antropologia: a observação participante. Aproveitar todo o potencial da antropologia requereria, portanto, questões de pesquisa distintas, para se realizar a observação participante em contextos de asilo em curso, bem como através das nossas conversas em línguas nativas como o árabe, farsi/dari, pashtun e curdo. No final, os resultados entregues pelos antropólogos foram resultados decisivos – resultados que se centram nas perspectivas dos agentes e na precisão dos contextos localizados ou nas categorias endêmicas, assim como nas dinâmicas



sociais e culturais entre os agentes. Exemplos disto aparecerão nas seções seguintes.

Em terceiro lugar, reconsideramos os processos de aquisição de dados devido à crescente sensibilidade para com entendimentos particulares das complexidades e responsabilidades éticas no trabalho com refugiados. O novo discurso presente na Áustria transformou o próprio refúgio em um tema sensível, e fez da categoria algo dotado de elevado alerta político, mas também aumentou a consciência entre os estudiosos de que o reconhecimento do direito ao status de refugiado sob ambivalência jurídica dos juízes na Áustria se tornou cada vez mais uma questão de reconhecimento e “subjeficação política”. Como mobilizado por Didier Fassin, o termo descreve “a produção de sujeitos e subjetividades que têm significância política no quadro da interação social” (2005:533), e pode ser entendido, neste contexto, como sendo importante no reconhecimento das possíveis razões para a procura de asilo e para evitar a deportação. Por conseguinte, o termo se coloca contra a política de reduzir a biografia de uma pessoa a uma categorização legal. Em reação às pressões do governo, experiências xenofóbicas e outras frustrações, o acesso ao campo e o estabelecimento de relações tornou-se, em si mesmo, um desafio. Enquanto a técnica *snowballing* frequentemente utilizada para encontrar participantes/entrevistados tinha funcionado bem em outros contextos, muitos refugiados na Áustria, no presente, evitaram conscientemente agruparem-se com outros refugiados, pelo menos em contextos *offline*.

Abordar as pessoas através de organizações governamentais ou iniciativas de caridade não se mostrou, muitas das vezes, uma forma

viável de assegurar a confiança mútua ou a vontade em se participar da pesquisa, a depender das experiências do imigrante forçado com as autoridades, do controle por parte de instituições que trabalham junto ao governo, e/ou o crescente medo e incerteza. Embora muitos dos nossos interlocutores refugiados tenham evitado pessoas do mesmo grupo linguístico em contexto *offline*, estes comportaram-se de forma diferente quando *online*: normas e motivos de socialidade frequentemente permitiam a troca de informações que previam cenários políticos delicados e as consequências de um suposto desalinhamento político. Os debates políticos sobre o desejo da presença e a aceitabilidade dos estrangeiros na Áustria refletiram igualmente em comunidades migrantes mais novas ou já há muito estabelecidas, que atribuíam valores diferentes às diferentes relações interétnicas e agiam em conformidade com estes. Os diferentes fóruns *online* abrigam o intercâmbio comunitário, discussões sobre a política austríaca, questões de identidade, criação de filhos e códigos de conduta morais, a transmissão dos legados, a promoção de eventos, promoção de lugares de suma importância para os vários atores e muito mais. Por esta razão, entre outras, aprendemos que, nos estudos sobre refugiados, pelo menos na Europa Central de hoje, é insensato excluir a observação participante na internet e, em particular, nas redes sociais, o que, por sua vez, requer conjuntos específicos de orientações éticas.

### **PONTOS CEGOS E NOVOS DESAFIOS**

Passemos agora para algumas das sensíveis questões e quebra-cabeças que possivelmente permanecerão na agenda das futuras atividades nestes campos de pesquisa. A ROR-n observa as orientações

éticas que foram desenvolvidas com base no Centro de Estudos sobre Refugiados de Oxford. Ainda assim, as diretrizes exigem sempre avaliações criativas para situações específicas, como quando sugerimos pesquisa *online*. A crescente relevância das áreas etnográficas incipientes em torno das fronteiras éticas e legais também inclui questões de “etnografia implícita” e limites para o trabalho de campo comum em situações de regimes legais que se encontrem em mudança no momento do trabalho. Por exemplo, um antropólogo da ROR-n foi abordado por uma empresa privada que recrutava pessoal para “campos-âncora” [*anchors camps*] na fronteira germano-austríaca, efetivamente um novo tipo de centro de deportação. Procurando saber mais sobre o trabalho e a instituição, este(a) antropólogo(a) concordou em fazer uma entrevista telefônica, que revelou informações que, de outra forma, não seriam facilmente acessíveis, sobre os números reais dos reclusos serem planejados acima dos números legalizados, sobre uma política rigorosa de “zero contato” para os membros da instituição em relação a representantes de ONGs e dos meios de comunicação, e sobre a ausência de quaisquer intérpretes profissionais. Por mais problemáticas que estas raras ocasiões para pesquisas implícitas possam ser, as consideramos como formas de investigação eticamente legítimas, desde que não se tornem a principal via de pesquisa etnográfica, mas sejam meros artifícios adicionais para facilitar e acelerar a investigação etnográfica.

Assim, embora as tarefas para o alcance público estejam crescendo nos estudos antropológicos sobre refugiados, a relevância de certos elementos não públicos, “cinzentos” [obscuros], também pode aumentar. As áreas cinzentas também são envolvidas, aqui e em outros

locais, sempre que os antropólogos adquirem conhecimentos que podem ser prejudiciais para os seus parceiros de entrevista. É neste momento que a orientação ética geral de “não causar danos” entra em vigor, é claro. Nesta perspectiva, a investigação responsável e consciente entre refugiados, no atual contexto de campo, requer um conjunto adicional de habilidades a serem somadas a todas as outras habilidades “tradicionais” de pesquisa. A capacidade de se trabalhar com trauma e experiência traumática antes, durante e depois da fuga, torna-se cada vez mais premente. A pesquisa e, em particular entrevistas, pode criar situações de gatilho. Portanto, habilidades bem informadas e usadas com responsabilidade, visando lidar com casos de dissociação<sup>5</sup> e outros fenômenos semelhantes, bem como as suas expressões culturais, tornam-se um requisito ético. Além disso, uma vez que muitas destas situações de pesquisa se encontram além da formação antropológica clássica e necessitam de atenção profissional, é aconselhável a existência de uma ampla rede de colaboração com profissionais de várias áreas. Em condições em que as organizações sem fins lucrativos dependem da benevolência do financiamento estatal, torna-se importante compreender o emaranhado dos atores da sociedade civil e política e formar alianças necessárias.

Outra questão sensível é a competência linguística e cultural. Embora o domínio da língua local seja um pré-requisito na maioria dos estudos etnográficos, e a compreensão dos jargões um processo de aprendizagem comum ao longo do trabalho de campo, para os refugiados na Áustria, certas palavras relativas à sua vida no país foram

---

<sup>5</sup> Um processo segundo o qual um sujeito revive uma experiência traumática e tem dificuldade em encontrar o caminho de volta para o momento presente.

apropriadas do jargão jurídico em alemão. Um desses exemplos é o termo *al-bīšaid* (*Bescheid*) quando se refere a uma decisão positiva sobre um pedido de asilo. Traduzido literariamente, significa uma decisão legal de qualquer tipo. Uma vez que a carta que os refugiados recebem do Gabinete Federal Austríaco de Imigração e Asilo, quando o asilo lhes é concedido, tem em seu cabeçalho (como a maioria dos avisos oficiais) a palavra “*Bescheid*”, uma apropriação é utilizada por falantes de árabe na Áustria como sinônimo de um status de refugiado legal. Assim, os pesquisadores não só devem lidar com a língua e os jargões locais, como também devem estar familiarizados com as práticas, terminologias e apropriações linguísticas típicas das regiões que se propõem a analisar.

Manipular e interpretar leis, normas e práticas relacionadas com status pessoais, que estão sob o controle de autoridades religiosas em muitos países do Oriente Médio, é também sensível. Uma vez que podem diferir da lei estatal austríaca, criam constrangimentos legais para os migrantes forçados, tais como em questões de idade legal para casamento, o casamento entre primos, poligamia, práticas funerárias ou regras de herança, juntamente com a incerteza. Tais práticas não se enquadram na lei austríaca e criam, para os funcionários públicos, problemas administrativos que poderiam ser mitigados com intervenções, incluindo de antropólogos, por exemplo, através de resoluções extrajudiciais. Em suma, estas áreas cinzentas e pontos cegos requerem um tratamento zeloso e responsável. Cabe, também, à ética da pesquisa responsável ampliar o conjunto de habilidades de acordo com os desenvolvimentos específicos do campo, sob as atuais condições políticas e as realidades sociais que estas criam.

## **PAPEL FUTURO DA ANTROPOLOGIA / ANTROPÓLOGA(O)S**

A mudança do contexto político e os atuais desenvolvimentos e desafios descritos até agora requerem uma reflexão profunda sobre o futuro papel da antropologia nos estudos sobre refugiados na Europa Central e para além dela. Parte desta reflexão inclui explorar temas com múltiplas dimensões socioculturais, a escolha responsável de temas de pesquisa e a consideração atenta das orientações éticas. No contexto austríaco, certos fenômenos devem ser abordados com total cuidado, para não prejudicar os envolvidos. A questão das conversões religiosas é um exemplo. Em 2015, as conversões declaradas ao cristianismo, pelos refugiados, eram ainda bastante frequentes entre os requerentes de asilo de origem muçulmana, até que as autoridades austríacas e outras autoridades da União Europeia decidiram que a ameaça de perseguição no momento dos seus retornos não representava uma razão juridicamente válida para a concessão de asilo. A justificativa era que estas não eram conversões verdadeiras, mas sim falsas. Um pequeno número de casos pode ter representado instâncias falsas. Por exemplo, em algumas orientações xiitas, o princípio da ocultação aceitável [ato de esconder-se, ocultar-se da visão de quem procura] tornaria isto eticamente permissível. Alguns outros casos de refugiados cristãos do Oriente Médio, com nomes próprios apropriados, são também conhecidos. Isso lhes permite reivindicar um *background* muçulmano a partir do qual se converteriam agora ao cristianismo.

Ainda assim, a maioria dos casos era bastante autêntica, como o exemplo de um ex-comunista e ateu, de 65 anos de idade, de Bagdá, que se sentiu abençoado pelo apoio acolhedor da comunidade maronita local em Viena, a ponto de o persuadir a converter-se, beneficiando-se

também, agora, de alguma proteção adicional da poderosa Igreja Católica na Áustria, que é o principal mentor da comunidade maronita local. Questões sobre encontrar uma comunidade de pertença e de (re)estabelecer redes sociais nem sempre têm de coincidir com as expressões de pertença em contextos anteriores à chegada na Áustria. Estas mudanças de autoconhecimento, pragmatismos e sentimentos são tópicos que devem ser considerados com a devida atenção aos “mundos de vida” [*lifeworlds*] (Jackson, 2012:7) dos respectivos atores. Várias outras dimensões socioculturais da situação dos refugiados na Europa Central continuam sendo questões importantes para o bem-estar social tanto quanto o são para as pesquisas, apesar de o número de requerentes de asilo recém-chegados às fronteiras austríacas ter diminuído consideravelmente. Estas questões importantes incluem, por exemplo, os números desproporcionalmente elevados de homens jovens bastante isolados (declaradamente um dos conjuntos fundamentais por detrás de muitos recrutamentos do Estado Islâmico na Europa) ou números substanciais de menores de idade desacompanhados – outra área legal e ética obscura para a pesquisa na ausência do consentimento parental.

Outra questão que continuará exigindo bastante atenção por parte da pesquisa, tanto quanto por parte de instituições de saúde, diz respeito ao diagnóstico e tratamento de certas doenças hereditárias, ocorrendo com uma frequência significativa entre partes das populações refugiadas. Certas doenças congênitas do metabolismo e doenças hereditárias do sangue são, de fato, muito mais comuns onde os “casamentos próximos” ocorrem com mais regularidade. Estes requerem cuidados especiais por parte das instituições de acolhimento

que raramente estão bem preparadas para tal. A interseção entre saúde e migração (forçada) é, portanto, um tópico que uma vez mais convida à transdisciplinaridade e toca em vários outros tópicos, tais como saúde pública, investigação médica e cuidados gerais. Com a evolução demográfica, este nexos pode tornar-se um tópico prioritário.

Como mais um exemplo para os atuais e futuros campos e focos de pesquisa, gostaríamos de abordar as crescentes taxas de divórcio entre as famílias requerentes de asilo na Áustria, nas populações de refugiados entre 2015 e 2018. Não existem, atualmente, estatísticas ou estudos detalhados, mas estas taxas de divórcio parecem ser mais elevadas do que entre os grupos anteriores de refugiados do Oriente Médio, e ocorrem mais rapidamente após a sua chegada. Os casos etnográficos relacionados indicam as condições perturbadoras e traumatizantes antes e durante o deslocamento, bem como a precariedade e a incerteza após a chegada à Áustria como um conjunto importante de fatores subjacentes. Um caso em questão é a história de um casal de Damasco, casado há 28 anos, cujo filho havia sido convocado pelo exército do governo sírio. Foi repetidamente relatado que ele tinha morrido. Embora isto não fosse verdade, os seus pais não ouviam notícias dele já há algum tempo. Desde sua chegada a Viena, a mãe procura o divórcio, alegando que seu marido não faz o suficiente pelo filho. O desesperado marido lamenta que, em Viena, os amplos círculos familiares de Damasco, que teriam ajudado a mediar tais tensões familiares, não estão disponíveis.

Outros casos etnográficos sugerem diferentes fatores causais, possivelmente de maior relevância entre jovens adultos casados entre estes refugiados. Aqui, a proporção de casamentos convenientemente



implantados e mesmo casamentos “falsos” durante os processos de deslocamento parece ser mais elevada por razões de conforto e apoio temporários, por vezes com vistas a serem dissolvidos rapidamente. Outros grupos de casos indicam que tais casamentos, mais cedo ou mais tarde, se mostraram acontecer contra o consentimento das mulheres – o que teria, então, levado ao seu desejo explícito de divórcio assim que o asilo parecesse estar ao alcance. Estes exemplos não devem ser encarados de forma branda. Afinal, sua ocorrência não seria surpreendente entre casais jovens e de meia-idade com uma ligação mais forte do que a média aos valores tradicionais das famílias sunitas no contexto sírio, sendo este um segmento bastante forte da população local de refugiados de 2015 a 2017. De fato, este terceiro grupo de possíveis conjuntos de razões subjacentes às taxas de divórcio tão elevadas poderia, também, destacar uma dimensão oculta e libertadora nos direitos de asilo.

Tópicos como estes não são passíveis de serem totalmente explicados através de estatísticas. Precisam de uma compreensão profunda dos contextos anteriores à fuga, do período de fuga e das atuais situações de vida na Áustria. Falar sobre temas sensíveis e experiências privadas desagradáveis só pode ser acomodado de forma qualitativa, adequada e com confiança assegurada. A macroanálise e os grandes dados são geralmente de menor interesse para a antropologia, enquanto antropólogos dominam melhor a análise profunda e detalhada de razões, antecedentes e significados. Em contextos políticos altamente sensíveis e em contínua emergência e mudança de condições, que produzem constantemente novas vulnerabilidades e campos de minorias sociais, tais conhecimentos podem ser de grande valor para a

compreensão do refúgio – mas apenas se forem consideradas as obrigações éticas de se proteger de danos não intencionais aqueles que são abordados. Além disso, tais tópicos e muitos outros não se enquadram na perspectiva dominante de integração, e exigem um programa de pesquisa abrangente e mais “êmico”.

Antropólogos, no esforço por dominar a linguagem de seus interlocutores, literal e simbolicamente, são solicitados ainda mais em tempos de incerteza jurídica, social e política, quando o extensivo conhecimento do *background* e a compreensão transcultural adequada podem ajudar a evitar concepções errôneas. No entanto, mesmo os antropólogos devem explorar um programa de pesquisa mais matizado e abrangente do que aquele da perspectiva de integração, que parece tão dominante na Europa de hoje.

## **CONCLUSÃO**

A experiência dos antropólogos na ROR-n em todos os seus momentos, de encorajamento e de fracasso, de contratempos e avanços, ajudou a consolidar e elaborar a pesquisa independente durante as fases de mudança da opinião pública. Esta conquista se deu principalmente através da insistência em conhecimentos antropológicos e de elevados investimentos em divulgação pública, amparados por um apoio institucional inestimável. Por sua vez, isto também fundamentou nossa preferência em ver os estudos sobre refugiados como um subcampo interdisciplinar, que interage e se intersecta estreitamente com – mas não sendo idêntico aos – estudos sobre migração e mobilidade. Algumas premissas e orientações conceituais e epistemológicas podem, de fato, permanecer necessariamente idênticas ou próximas de uma

convergência; outras não o serão. Além disso, a etnografia é de fundamental importância. Quando se trata de pequenas redes pessoais de *lifeworlds*, as diferenças se tornam bastante relevantes, seja com relação à possibilidade de se obter asilo ou se a perseguição violenta – ou a ameaça de perseguição – traumatizou o sujeito e os seus familiares, o que nos leva à nossa principal conclusão e ao horizonte de pesquisa proposto.

A integração é, de fato, um tema importante, mas a pesquisa sobre a integração dos árabes na Europa, por exemplo, deve necessariamente questionar o que é a integração, quem esta ideia está mobilizando e como esta mobilização afeta a estrutura da situação analisada, em vez de fornecer um juízo sobre se os iraquianos, por exemplo, podem se tornar húngaros obedientes. Assim, as medidas de integração e os discursos políticos e midiáticos sobre esta não são características isoladas; é o fenômeno social que estas características produzem e dentro do qual elas emergem que são de interesse. A integração não é, portanto, uma categoria analítica qualquer em seu próprio direito, mas uma noção definida principalmente pelas relações de poder e pelos contextos de utilização. Além disso, a pesquisa deve ser levada a cabo por especialistas em conhecimentos regionais, linguísticos e em questões sobre refugiados, e não apenas sobre a Europa e migrações. Além disso, a questão dos refugiados do Oriente Médio na Europa não deve ser tomada como uma questão religiosa – especialmente se envolver a necessidade de se “domar” o Islã e os muçulmanos para que eles se adaptem ou, como dizem, “integrem-se” na Europa –, mas também não deve se estabelecer um distanciamento a priori incomensurável da religiosidade que deve ser superado.

Quanto ao pesquisador, conhecer as culturas, sociedades, política e línguas do Oriente Médio, para além do conhecimento no campo da migração forçada, é essencial. Árabes, iranianos ou afegãos na Europa, incluindo refugiados, com frequência tiveram vidas complexas antes de chegarem na Europa, coisa que os não especialistas frequentemente apagam por completo, ou reduzem a estereótipos, perdendo de vista dados essenciais sobre o encontro entre o Oriente Médio e a Europa. Neste processo, vozes médio orientais são silenciadas, uma vez que as possibilidades para a existência de compreensão e de políticas eficazes são bastante dificultadas. Finalmente, o trabalho de campo com refugiados e pessoas vulneráveis requer sensibilidade, responsabilidade e um conjunto muito claro de regras que visam evitar causar danos físicos ou psicológicos. Ainda assim, muitos institutos de pesquisa na Europa não têm experiência nas pesquisas de refugiados e/ou do Oriente Médio, na pesquisa de refugiados médio orientais neste continente (incluindo a pesquisa sobre menores de idade desacompanhados), ou mesmo no envio de estudantes universitários sem formação para que aprendam métodos de pesquisa através de levantamentos ou da observação participante entre este grupo vulnerável.

Assim, propomos contrapor as limitações da perspectiva da integração e as armadilhas das pesquisas não profissionais no nosso campo através da modificação da perspectiva, com o objetivo de evitar a predeterminação dos resultados da nossa pesquisa, tomando a interação entre migrantes forçados e a Europa através das lentes do Estado-nação, da governança, da política e mesmo do Auxílio ou da solidariedade. Gostaríamos de sugerir que é possível juntar muitas outras questões centrais de pesquisa, que em breve apresentaremos (e

também evitar a maioria das – senão todas as – armadilhas da pesquisa sobre integração), numa única perspectiva de pesquisa que, para evitar cunhar desnecessariamente um novo termo, chamamos simplesmente de perspectiva do “encontro”.

O encontro, em nosso exemplo, entre o Oriente Médio (com refugiados ou não) e os contextos europeus, não apaga nem a história dos sujeitos, nem as ligações simbólicas e empíricas da vida entre a Europa e o Oriente Médio. Nem tampouco reduz questões e resultados da pesquisa para responder se, ou como, os habitantes do Oriente Médio podem participar na sociedade europeia, viver sob o Estado de direito nesta região, ou, mesmo, em última análise, se tornarem culturalmente europeus. Em vez disso, visa criar um amplo entendimento das representações, interações sociais, organização social e visões de mundo tal como são na realidade, antes de noções preconcebidas que geram pontos cegos com relação à estrutura do encontro. Para utilizar uma metáfora médica, esta perspectiva seria equivalente a produzir um diagnóstico geral antes de definir os termos de uma intervenção. Esta perspectiva tem grande potencial para contribuir com os estudos da diáspora do Oriente Médio (em oposição aos estudos comunitários, por exemplo), com a antropologia da (im)mobilidade e com o nexos entre a migração e os estudos de migração forçada, uma vez que gera um panorama matizado e abrangente da situação social que também pode ser utilizado para discutir amplas questões sociológicas e antropológicas, sobre a natureza das interações sociais, identidade, pertencimento, organização e outros tópicos referentes às ciências sociais.

Para além de nos perguntarmos o que é a integração, colocando o próprio termo em perspectiva, devemos, também, ter em mente que

existem outras questões estruturais, pelo menos igualmente urgentes, que deveríamos discutir. Em outras palavras, é necessário, por exemplo, estudar os efeitos da intervenção humanitária sobre os refugiados do Oriente Médio, mas é também necessário compreender este mesmo encontro para além da perspectiva do discurso humanitário para traçar uma imagem mais inclusiva da situação social analisada, e inclusive para sermos capazes de compreender antropologicamente a própria intervenção humanitária. Acreditamos que isto não seja novidade para a maioria dos antropólogos, ainda que muitos de nós tenham, de fato, abordado continuamente a “integração” sem sequer colocar este conceito em perspectiva. Assim, em vez de determinar se os iranianos podem tornar-se britânicos, se os iraquianos são demasiadamente extremistas ou fundamentalistas religiosos para a França, ou se os afegãos podem viver sob o Estado de direito na Áustria, a perspectiva do encontro centra-se, por exemplo, em:

- (a) comunidades de migrantes forçados em um determinado contexto europeu, mobilizando concepções, valores e práticas sociais para se envolverem com este contexto e como este mesmo contexto, por sua vez, se relaciona com este envolvimento; também, concomitantemente, como este contexto sócio-histórico em particular influenciou e moldou as vidas dos migrantes forçados que lá vivem ou não.
- (b) criar ampla compreensão das representações, interações sociais, organização social e visões do mundo tal como elas realmente são, em oposição a como seriam idealmente; isto, por sua vez, deveria conduzir a uma compreensão mais abrangente da forma como grupos de migrantes forçados têm se envolvido com – e influenciado – as transformações sociais e políticas na Europa e para além dela.
- (c) como a experiência de deslocar-se, causada pelo deslocamento forçado tão proeminente nas experiências gerais dos refugiados, deve nos fazer colocar em contraste a mobilidade geográfica com a experiência da

imobilidade, e assim nos fazer pensar em como este contraste também pode ser útil para explorar outras experiências de migração, para além da fuga e do refúgio. Ou seja, os antropólogos há tempos notam que a distinção entre migração e migração forçada é amiúde arbitrária, uma vez que os migrantes também se sentem frequentemente forçados a deslocar-se, se não por medo de perseguição e da morte, também por obrigações sociais, constrangimentos pessoais e violência estrutural, e/ou pobreza (ver, por exemplo, Kohlbacher and Schiocchet, 2017);

(d) na situação contextual contemporânea de diferentes regiões e populações que produzem um número considerável de migrantes forçados e na forma como as comunidades (linguísticas, étnicas, religiosas, nacionais etc.) foram formadas, transformadas e mantidas enquanto efeito de guerra, violência e/ou deslocamento.

(e) analisar os fluxos de visões de mundo, de práticas sociais e de pessoas, negociados por redes transnacionais, de migrantes forçados, que abrangem a Europa ao mesmo tempo que determinam o seu relativo alcance, seu lugar e sua representatividade dentro dos cenários europeu, originário e global. Isto é, compreender como a Europa está inserida em tais dinâmicas de fluxo. Ao fazê-lo, a pesquisa centrada neste tópico consideraria processos de pertencimento social e formas de organização social de forma igualitária, tanto na Europa como fora dela.

Esta lista não está de modo algum completa, mas ilustra possibilidades-chave para além da camisa de força relacionada à perspectiva da integração. Nossa intenção, aqui, é convidar os interessados a se comprometerem com esta perspectiva de pesquisa, visando a um debate muito mais amplo e significativo sobre a complexidade do capítulo presente de encontros entre migrantes forçados e a Europa e de encontros semelhantes para além dos limites deste continente. Esta lista mostra, também, que os antropólogos estão bem aconselhados a se aproximarem ainda mais dos desafios da vida real sem subordinar tudo às prioridades teóricas contestadas e, muito

menos, às premissas ideológicas. A maioria de nós, especialmente aqueles que partilham origens familiares relevantes, sabemos, desde o início, que as histórias de refugiados e de migrantes estão inter-relacionadas, mas não são, de forma alguma, idênticas.